



## RELATOR RECUA E RETIRA PL 319 DA PAUTA

Foto: Arquivo SECOM Câmara / Diogines Santos



O deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ) acrescentou, em seu relatório sobre o PL 319, emenda que cria trem da alegria no Judiciário Federal

O trabalho de articulação desenvolvido pelo Sindjus nos últimos dias contra a aprovação da emenda nº 2 do PL 319/07, que criaria um trem da alegria no Judiciário possibilitando a contratação de servidores sem vínculo com a administração pública para cargos nos Tribunais Superiores, deu resultado. Na manhã de ontem (19/9), em reunião da Comissão -de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP), no Plenário nº 12 da Câmara, sob a presença de vários diretores do Sindjus, o relator recuou diante da pressão contra a emenda, pedindo a retirada do PL 319 da pauta. Pedido este que foi acatado pela mesa.

O coordenador-geral do Sindjus, Roberto Policarpo, conversou até o último momento com os deputados argumentando sobre os prejuízos que seriam causados pela emenda caso ela fosse aprovada. A reunião também foi acompanhada pelos diretores do Sindjus Cleo Vieira, Eliane Alves, Jailton Assis e Sheila Tinoco, pela coordenadora da Fenajufe Jaqueline Albuquerque e por servidores do Judiciário.

Durante a reunião, foi possível sentir o efeito positivo de conversas como as realizadas com os deputados Paulo Rocha (PT/PA),

Sandro Mabel (PR-GO) e Vicentinho (PT/SP) que se sensibilizaram diante dos sérios danos que seriam causados ao serviço público com a aprovação dessa emenda e contribuíram para o trabalho de articulação, realizado pelo sindicato, pela rejeição da emenda.

Isso fez com que, quando aberto o processo de discussão acerca do PL 319, diversos deputados se manifestassem contrários à emenda. No entanto, antes da discussão tomar ainda mais corpo e diante do fato de não haver consenso para aprovação do relatório, a pedido do relator, Rodrigo Maia (DEM/RJ), fez-se um acordo para que o projeto fosse retirado de pauta.

“Essa emenda precisa ser combatida, pois sua aprovação poderá ser o início de uma série de ataques à carreira e à profissionalização do Judiciário. Ao mesmo tempo queremos a imediata aprovação dos outros pontos que foram tirados do PCS original”, afirma o coordenador-geral do Sindjus, Roberto Policarpo.

O Sindjus vai dar prosseguimento às conversas com os parlamentares membros da CTASP para que o PL 319/2007 retorne à pauta na próxima semana com um relatório apropriado à sua finalidade.

## TRABALHO PELA REVISÃO DA EMENDA

Segundo o relatório de Maia, a emenda que modifica o PL 319 foi solicitada pelo Colégio dos Presidentes dos Tribunais Superiores, Conselho Nacional de Justiça, Conselho da Justiça Federal e Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Assim que foi apresentado o primeiro relatório de Rodrigo Maia, o Sindjus iniciou campanha, em sua página eletrônica, para que tal emenda que flexibiliza a ocupação dos cargos em comissão fosse revista. Na avaliação do sindicato, caso seja aprovada,

a emenda contribuirá para desvalorizar a categoria.

O relatório foi reapresentado no último dia 13 (quinta-feira da semana passada). Maia apresentou seu primeiro relatório no dia 5 de setembro, mas o mesmo foi requerido novamente, no dia seguinte (6/9), por ele, para nova análise. No novo relatório, permanecem o parecer pela rejeição de oito emendas de deputados – sendo que algumas destas valorizam a carreira dos servidores concursados - e a apresentação de quatro

novas emendas ao projeto (entre elas, a que flexibiliza o regime de provimento dos cargos em comissão nos órgãos do Judiciário, no que se refere aos Tribunais Superiores).

Devido à permanência de tal emenda no relatório, o Sindjus pede aos seus associados que se mobilizem nesta causa. É importante a conscientização dos servidores para o fato de que tal reivindicação é de todos. É preciso lutar para evitar perdas que são resultado de conquistas suadas para a categoria, obtidas ao longo dos últimos dez anos.



# Procura pelo Cefis aumenta a cada dia

**E**stá cada vez maior a procura por convites para acesso ao Cefis durante o final de semana. O clube campestre do Sindjus, localizado no Gama, tem se transformado em ótima opção de lazer para os filiados e de integração entre os familiares e colegas de trabalho. Tudo porque o Cefis, conta - além da sua infraestrutura - com serviço do restaurante com um cardápio repleto de comidas típicas e a organização de diversas novidades também na área esportiva.

Exemplo disso é o Campeonato de Futebol Soçaito do Sindjus, que se encontra em sua sétima edição e cujos jogos acontecem a partir das 9h, todos os sábados (até o dia 27 de outubro). Nada menos que 10 times estão inscritos no evento, num total de 150 participantes.

Mas não é só isso. O Cefis oferece ótimas oportunidades de descanso, diversão e entretenimento - desde relaxar e curtir uma boa música a cair na piscina com os filhos, jogar vôlei e pelada com os amigos ou simplesmente desfrutar das delícias do restaurante.



Portanto, adquira logo o seu convite no site do Sindjus, reserve sua churrasqueira e divirta-se, acompanhe a programação cultural de cada fim de semana, bem como o cardápio do restaurante para o sábado e o domingo e aproveite um passeio tranquilo e divertido.

## Previdência complementar é prejudicial para servidores

**A** previdência complementar é prejudicial para os servidores públicos e não tem necessidade de ser regulamentada. Esta é, em tese, a conclusão de encontro realizado na última sexta-feira (14/09) pelo Conselho de Delegados Sindicais que teve como objetivo, esclarecer os principais pontos do Projeto de Lei (PL) 1992/2007, referente à criação do Fundo de Previdência Complementar do Servidor Público (Funpresp). O projeto é polêmico e foi encaminhado pelo Executivo à Câmara dos Deputados na última semana.

Na reunião, o coordenador-geral do sindicato, Roberto Policarpo, esclareceu vários pontos do projeto e os motivos pelos quais a matéria é considerada prejudicial para os servidores. Policarpo defendeu que a regulamentação não é obrigatória e que a implantação do regime de previdência complementar para os servidores públicos, traçada o artigo 40 da Constituição, é uma mera faculdade, com iniciativa conferida ao Executivo. "A regulamentação representa uma perda irreparável dos direitos sociais, uma vez que

parte da previdência da categoria passará a ser vinculada à lógica do mercado financeiro, sem que se detenha algum tipo de controle social sobre as aplicações", argumentou o coordenador do Sindjus.

Além disso, informou ele, o projeto deixa sem definição questões importantes, que serão resolvidas na regulamentação pelo próprio fundo, onde a representação dos servidores e membros do Judiciário e do Ministério Público poderá ser bastante reduzida.

O encontro foi considerado apenas o primeiro passo para a discussão sobre o PL, cuja tramitação será acompanhada de perto, passo a passo, por todos os membros do Conselho de Delegados Sindicais. A luta contra a regulamentação da previdência complementar pode, até mesmo, vir a ser objeto de mobilização de toda a categoria. Uma vez que o assunto acarreta em fortes seqüências sobre o futuro de cada um e, por isso, precisa ser observado com bastante atenção por todos os que integram a carreira do Judiciário e do MPU.

## Sindjus participa de reuniões para discutir PLP 01

**O** Sindjus participou, junto com a Fenajufe, na última semana, de reunião com o vice-líder do Governo na Câmara, Henrique Fontana (PT-RS) e com o relator do PLP 01, José Pimentel (PT-CE). Durante o encontro, o representante do sindicato, Roberto Policarpo, falou da importância de haver uma negociação entre representantes sindicais e parlamentares no sentido de alterar pontos polêmicos da matéria.

Dentre os quais, o coordenador do Sindjus citou o limitador de despesa com pessoal previsto no PLP, que pode vir a representar sérios danos para os servidores públicos do Judiciário e do MPU. Policarpo demonstrou a preocupação com o formato do chamado limitador de reajustes salariais, expresso na fórmula "INPC + 1,5%" no texto e também questões relacionadas às mudanças quanto aos limites do aumento das despesas nos tribunais e órgãos do MPU.

O próximo encontro sobre o tema está programado para se realizar na terça-feira (dia 25/09). O relator da matéria, deputado José Pimentel, disse que vê perspectivas de alteração no PLP 01 em decorrência do início desse processo de negociação, sobretudo nos pontos relativos à discussão de um outro índice de limitação.

Para Policarpo, o encontro foi considerado positivo e deve ser o primeiro de uma série de reuniões para a construção de uma proposta que evite, ao máximo, perdas para os servidores públicos. Já o deputado Henrique Fontana, que vem atuando como mediador entre os representantes sindicais e o relator do projeto, avaliou a reunião como um "processo de aproximação de posições". O Sindjus pretende dar continuidade a este trabalho e, a exemplo do que tem feito em relação às matérias legislativas de interesse da categoria, acompanhar passo a passo a tramitação do PLP-01.